

## O 'monstro' comunitário e a potência transformadora<sup>1</sup>

Dérika Correia Virgulino de Medeiros<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

### Resumo

Este artigo promove um debate crítico-teórico acerca da construção física e simbólica de um modelo de cidade excludente, que serve, sobretudo, ao capital imobiliário e que segrega especialmente pobre, negro e favelado de viver e atuar sobre o espaço urbano. A grande mídia associada ao Estado-liberal, constrói discursos de que os processos de "revitalização" pelos quais a cidade vem passando promovem uma melhor qualidade de vida, quando na verdade afastam para cada vez mais longe os indivíduos que vivem nas periferias, e reprimem, por todos os lados, a vida comunitária e suas formas de organização coletiva e potência transformadora. Para tanto, propomos a perspectiva 'monstruosa', isto é, a luta dos excluídos, como possibilidade de contrapor essa realidade opressora e pouco democrática.

### Palavras-chave

Cidade; Comunidade; Comunicação; Monstro; Transformação social.

### Introdução

Apesar de sua construção ter sido, nos primórdios, fruto de um projeto instintivo nos seres humanos de permanecerem juntos, de "querer estar juntos, imaginar, falar, fazer e trocar", como afirma o escritor e psicanalista James Hillman (1993), a cidade tal qual a conhecemos hoje pode ser concebida a partir de relações com propósitos econômicos e políticos, representando, mais especificamente, a expressão máxima das relações de produção e reprodução capitalista, o que implica em contatos bem menos naturalizados/humanizados e mais complexos, racionalistas e contraditórios, conjugando ordem e explosão<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, e-mail: derikav@gmail.com.

<sup>3</sup> Ver Mauro Luis Iasi, A rebelião, a cidade e a consciência. In. Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Capital, 2013.

As cidades, e a organização dos seus espaços e territórios vem sendo manipulados e projetados a partir de interesses políticos e mercadológicos mesmo que esses sejam disfarçados de intenções coerentes de se trabalhar o espaço com vistas ao bem-estar comum, quando, o que vem sendo posto em prática, é a privatização dos espaços públicos, em uma completa entrega da cidade ao capital financeiro, coadjuvado com a redução quase a zero da participação do Estado na melhoria da condição de vida das pessoas.

Perspectiva essa muito bem descrita por Lefebvre (2000) citado por Modesto (2014):

O espaço não é um objeto científico afastado da ideologia e da política; sempre foi político e estratégico. Se o espaço tem uma aparência de neutralidade e indiferença em relação a seus conteúdos e, desse modo, parece ser "puramente" formal, a epítome da abstração racional, é precisamente por ter sido ocupado e usado, e por já ter sido o foco de processos passados cujos vestígios nem sempre são evidentes à paisagem. O espaço foi formado e moldado a partir de elementos históricos e naturais, mas esse foi um processo político. O espaço é político e ideológico (p. 100).

E a ideologia que se impõe com primazia na atual conjuntura é a do neoliberalismo e da cidade enquanto atração para o mercado, sobretudo, o mercado imobiliário. No entanto, os grandes projetos urbanísticos que ganharam evidência e projeção no Brasil e, especialmente, na cidade do Rio de Janeiro, a partir de megaeventos - como a Copa do Mundo, a construção da "Cidade Olímpica" para os Jogos Olímpicos de 2016, o "Porto Maravilha" dentre outros grandes empreendimentos - vêm se realizando não apenas com a participação de um único ator, mas de um grande elenco constituído do que se denomina por PPP, Parceria Público-Privada, articulada fortemente com outros diferentes segmentos, com destaque para a grande mídia e seu discurso do "bom para todos" no sentido de convencer a sociedade em torno de seus projetos de interesse.

Contraditoriamente o *boom* imobiliário se deu a partir dos avanços em projetos sociais, investimentos em saneamento básico e habitação implementados pelo governo Lula com continuidade na gestão da presidente Dilma Rousseff. Tais projetos, entre 2003 e 2011, reduziram a pobreza de 37,2% para 7,2%, aumentando o poder aquisitivo e de consumo principalmente da chamada classe C. As facilidades de aquisição de imóveis veio já em 2007 com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), responsável pela realização de obras de infraestrutura, intensificadas pelo Projeto Minha Casa Minha Vida de 2009<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Ver Ermínia Maricato. É a questão urbana, estúpido! In. Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Capital, 2013

Entretanto, apesar das incontestáveis mudanças na vida de milhares de brasileiros, esses investimentos foram feitos com base em uma política de inclusão pelo viés do consumo. Isso significa dizer que mesmo tendo sido garantido acesso da população ao "sonho da casa própria" pela via do Estado, o Minha Casa Minha Vida não representa exatamente um programa habitacional, mas antes um projeto de casa própria individual, em que a participação do mercado ocupa um amplo lugar de decisão, pois são suas regras que definem, muitas vezes, como e sob que aspectos esses empreendimentos serão construídos.

Não por outro motivo, os investimentos de capitais privados no ramo da construção imobiliária cresceram no país, entre 2002 e 2011, 45 vezes, passando de R\$ 1,8 bilhão para R\$ 79,9 bilhões. Sem contar que os subsídios do governo federal aumentaram, neste mesmo período, de R\$ 784 milhões para R\$ 5,2 bilhões (MARICATO, 2013, p. 23).

Viu-se, assim, o mercado imobiliário fazer uso exaustivo e impunemente do uso do solo das cidades, contando com a conivência do poder público não só por sua falta de tradição em ordenar e gerir os territórios, mas, especialmente, para manutenção de interesses políticos e eleitoreiros, tendo em vista que muitas das empresas do ramo imobiliário são responsáveis pelo financiamento de campanhas de políticos no Brasil.

As cidades viraram, deste modo, espaços de disputas de territórios entre capital imobiliário e os habitantes, sobretudo, das áreas mais pobres. A especulação imobiliária afasta para cada vez mais longe os moradores das periferias (para a periferia da periferia), quando suas moradias encontram-se em locais privilegiados para a construção de grandes e lucrativos empreendimentos. Com base nessa lógica e contando com o descaso do poder público é que pesam sobre estes a suspeita de atos incendiários contra favelas localizadas no meio do caminho do interesse econômico<sup>5</sup>.

Além das remoções ocasionadas devido a focos de incêndios e outros desastres causados, sobretudo, pela construção indevida de moradias - como aquelas erguidas em locais de risco ou em áreas de mananciais e proteção ambiental - têm-se dado também, com frequência assustadora, a remoção compulsória de moradores de áreas consideradas degradadas e insalubres, para a "revitalização" e/ou construções de mega-empreendimentos impulsionadas pela vinda de grandes eventos para o país como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, já referidos anteriormente.

Esta em curso um processo de elitização e mercantilização das cidades para além das remoções. A cidade vem se transformando em um grande espaço de atração econômica

---

<sup>5</sup> Ver documentário *Limpam com Fogo*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I5YpqOjsHw4>.

aberta ao mercado global, funcionando, nesse sentido, como uma espécie de "democracia do capital", ou seja, onde há a livre participação de grandes empresas, incluindo as de capital estrangeiro, na concepção dos espaços urbanos. Tudo isso a partir da entrega de recursos públicos na forma de isenções fiscais e subsídios.

### **Cidade pra quem?**

O projeto de modernização que vem sendo realizado nas cidades brasileiras representa uma verdadeira limpeza étnica e social das áreas de interesses para a construção de uma "cidade de evento". Os indesejáveis que se encontram no caminho desses projetos urbanos são expulsos para cada vez mais longe. Longe dos locais de lazer, de trabalho, do centro comercial, ou seja, dos locais onde a vida dessas pessoas se desenrola em seu cotidiano, segregando os espaços urbanos com base em quem pode (e deve) usufruí-los.

Essa política modernizadora, apesar de intensificada nos últimos anos e de ter ganhado novas características, teve início já durante a República no país. A ideia era tentar afastar das cidades a sombra do escravismo e adequá-las a um caráter mais republicano. Cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba dentre outras, passaram por processos de "revitalização", inspiradas aos moldes de Paris.

Com os objetivos de eliminar os resquícios da sociedade escravista, erguer um cenário modernizante e consolidar o mercado imobiliário, as reformas urbanísticas expulsaram a “massa sobrança” (negros, pedintes, pessoas sem documentos, desempregados de um modo geral) dos locais urbanos mais centrais ou mais valorizados pelo mercado em transformação. Mais do que a cidade colonial ou imperial, a cidade, sob a República, expulsa e segrega (VAZ, 1986 apud MARICATO, 1995, p.18).

Assim, o resultado da 'cidade modernizada' foi o crescimento do número de favelas. De acordo com Maricato (1995) ainda, a população favelada tem crescido a índices muito maiores que a população da cidade ao longo dos anos. Junto a isso acrescenta-se a degradação da condição de vida dos habitantes dessas áreas, que vivenciam a falta de saneamento básico, serviços essenciais inexistentes, degradação ambiental, violência urbana, dificuldade de mobilidade e acesso à cidade, entre outros problemas sociais.

É importante destacar nesse momento que os processos de modernização que podemos chamar de forçada não ocorrem de forma totalmente pacífica, afinal, o próprio capitalismo cria suas contradições e os embates e conflitos vão sempre concorrer com as

tentativas do estabelecimento da ordem. No entanto, o sistema se reorganiza no sentido de barrar as possíveis revoltas, muitas vezes se utilizando de métodos de cooptação de lideranças e até mesmo de uma suposta aproximação com as causas e necessidades populares.

O exemplo mais notório dessa tentativa de manutenção da ordem a partir do discurso de promoção da segurança, sobretudo nas áreas mais pobres, foi a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) na cidade do Rio de Janeiro. A criação das UPPs consiste (no discurso) na estratégia de tentar reprimir o tráfico de drogas das favelas, mas, na realidade, serve para manter o pobre favelado sob o domínio e vigilância do Estado.

Vale destacar também que inicialmente a instalação das Unidades se deram com prioridade nas áreas localizadas na Zona Sul da capital, região nobre e, conseqüentemente, mais turística, o que revela a preocupação do governo não só com a visibilidade do programa, mas, especialmente, em afastar para longe o que seria incompatível com a ideia de 'Cidade Maravilhosa'.

A instalação das UPPs também coincide com a proximidade com locais por onde se pretende a construção de algum grande empreendimento e, dentro dessa lógica, elas têm se estendido, mais recentemente, por outras regiões da cidade e tem servido como um projeto de pacificação que atua em dois sentidos: tanto policial quanto cultural. A cidade do Rio de Janeiro, portanto, tem se tornado uma grande UPP, nas palavras da designer e pesquisadora Bárbara Szaniecki.

Para a pesquisadora, as UPPs vêm sendo responsáveis por abrirem as portas das favelas para o capital, o que tem inibido as expressões próprias da cultura local que, tradicionalmente, ocorrem nas ruas - essas passaram a ser realizadas apenas mediante autorização policial - somando-se com a proibição da realização dos bailes funks pela polícia do Rio de Janeiro desde 2009.

Essa realidade tem atraído o mercado do "etnoturismo" nas favelas do Rio de Janeiro com o estímulo a entrada de estrangeiros "para ver o que seria uma favela de verdade"<sup>6</sup>. Além disso, é cada vez mais frequente as organizações de eventos em ambientes privados, e o conseqüente encarecimento na oferta de bens e serviços nos morros cariocas, o que torna a vida dessas pessoas mais custosas nas suas próprias realidades.

---

<sup>6</sup> Ver AMARAL FILHO, Nemézio C. As perigosas fronteiras da "comunidade": um desafio à comunicação comunitária. In PAIVA, R. e SANTOS, C. H. R. (org.). **Comunidade e Contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

As manobras de controle social a estas populações vêm de diversas partes, isto é, não só do Estado com o descaso ou através da sua intervenção com as UPPs, mas também, pode-se dizer, através da forte presença do terceiro setor nas favelas com a entrada das Organizações Não-Governamentais (ONGs), muitas delas impondo modos de ser e de organização dessas realidades, influenciando diretamente na autonomia comunitária e reforçando a ideia de uma cidade partida, ou seja, com base na perspectiva do "não queremos protestos, queremos projetos"<sup>7</sup>

Todo esse conjunto de ações associadas pode ser abarcada pelo termo *planejamento urbano*, que carrega um projeto maior de pacificação cultural com o intuito do estabelecimento do *status quo*, ignorando e abafando as formas de organização, participação autônoma e mobilização política das populações periféricas do Rio de Janeiro e de outras realidades no país.

Pela via da pacificação vem sendo consumado o projeto de estetização das favelas com fins mercadológicos. Aquelas vêm sendo transformadas em megaeventos para serem consumidas por 'estrangeiros' ávidos por um turismo exótico, enquanto suas populações sofrem com o descaso, somado ao aumento do custo de vida. A estetização aqui referida representa, especialmente, uma estratégia de cunho não apenas econômico sobre as favelas, mas político-simbólico para o exercício do poder por meio da construção do discurso de que a 'gentrificação' e a pacificação com base na suposta sensação de segurança seria o melhor para a população, porém, melhoria esta pensada apenas para a população do asfalto, e não para a do morro. Neste caso, parece que quanto mais o trabalho estético nas periferias progride, mais a política regride.

A legitimação da execução dessa estratégia frente à sociedade conta com a forte inserção da grande mídia na construção e reprodução da ideologia da pacificação, como única solução possível para os problemas da sociedade, com objetivos claros de estabelecimento da ordem e da manutenção de seus próprios interesses. Há uma outra cidade sendo construída por essa mídia, aquela em que a realidade dos morros é não só silenciada como também distorcida. Assim, esta mídia funciona para neutralizar as tensões comunitárias<sup>8</sup>, a tensão da política real, isto é, aquela que se estabelece na vida dos indivíduos, que movimentam seus corpos a saírem de suas rotinas e a aderirem às possíveis revoltas políticas.

<sup>7</sup> Frase proferida pela pesquisadora Bárbara Szaniecki durante debate realizado na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro no dia 04/09/2014.

<sup>8</sup> Ver Muniz Sodré. Estratégias Sensíveis: afeto, mídia e política. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2006.

A mídia associada ao poder público, dessa forma, valida práticas que são muitas vezes segregadoras, elitistas e discriminatórias, construindo consenso na sociedade acerca da necessidade dessa forma de atuação nas favelas. Discursos da banalização da violência, que reforçam preconceitos e a criminalização do jovem pobre, negro e favelado, acabam por autorizar atos opressores da polícia sobre esses indivíduos e suas realidades.

Não por outro motivo que a comunicação, pela forma como vem sendo gerida na contemporaneidade, representa um dos principais fatores organizativos da sociedade em torno de discursos hegemônicos, que conformam a disposição dos espaços e dos corpos dos cidadãos, o que significa dizer que ela localiza os indivíduos e define suas presenças e ausências, e para quem deve ser pensado o espaço urbano. Com efeito, é possível afirmar que a cidade se torna cada vez mais uma questão de cunho comunicacional, da mesma forma que a comunicação também vem adquirindo um caráter cada vez mais urbanístico.

A manipulação dos corpos e do lugar que esses devem ocupar dentro do perímetro urbano se torna lugar central para a discussão a cerca do direito a cidade, não só direito ao acesso, mas de ocupar seus territórios e atuar sobre eles, ou seja, transformá-los. É o que defende o geógrafo britânico, David Harvey (2013). Para este, a liberdade da cidade é muito mais que um direito àquilo que já existe, mas antes o direito de mudar o que já está posto. Para ele ainda, esse direito não deve ser entendido como abstrato, mas sim como um direito que é inerente às nossas práticas diárias, o que envolve a percepção de que representa um direito coletivo e, conseqüentemente, um direito que deve ser igualitário para todos.

Porém, esse direito vem sendo usurpado da grande maioria da população em nome do projeto de "revitalização" urbana. Não bastasse a falta de acesso e usufruto dos espaços da cidade, sejam eles de consumo, trabalho e cultura, os mais pobres vêm sendo proibidos de vivenciar os espaços para o qual foram expulsos desde a formação das favelas no país, com base no estabelecimento da ordem, ou, como a mídia ou os governos preferem afirmar ser em nome da "segurança" e "bem-estar social".

Agora são os espaços das favelas que vêm sendo apropriados por agentes externos a ela. As ruas, espaços de trocas reais e simbólicas, convívio, reunião, festas e também de conflitos vêm sendo reduzidos pela vigilância constante. Há, com isso, uma radical modificação na rotina e dinâmica dessas localidades, pois, tradicionalmente, a rua é ocupada, experimentada e vivenciada de forma mais intensa nos morros do que no asfalto.

A rua é o lugar de encontro e, conseqüentemente, da possibilidade do debate e mobilização política, motivo pelo qual os poderes estabelecidos limitam sua ocupação tanto

no morro assim como também no contexto da cidade como um todo, mantendo assim os indivíduos em seus ambientes domésticos e vivendo seus problemas individualmente.

Os espaços públicos de reunião vêm sendo tomados pelo poder econômico e a população vem perdendo cada vez mais o direito a cidade. As manifestações que marcaram os meses de junho e julho de 2013 revelaram que dentre as várias insatisfações, existia a reivindicação pelo direito de ocupar as ruas das cidades, a coisa pública e de se manifestar. Em contraponto, revelaram também que a violência infringida pela polícia contra os manifestantes representava o alerta de que aquele espaço ainda só deve ser ocupado pelos cidadãos como caminho para o trabalho, para o cumprimento do dever.

Porém, ainda são nas favelas e periferias do país que a ordem sobre como deve ser o uso das ruas se estabelece de forma ainda mais opressora. As ruas das favelas possuem uma estrutura organizativa e de vivência própria que desestabiliza o ordenamento prescrito pelo Estado para os espaços urbanos. Não por outro motivo que há de forma mais intensa uma pacificação que podemos chamar de forçada nessas localidades, com várias denúncias de abusos quanto ao direito de ir e vir dos indivíduos, além da proibição de formação de aglomerações, a respeito das manifestações culturais de ruas e a até mesmo com o estabelecimento do toque de recolher.

O Estado não compreende a complexidade da vida comunitária presente nas favelas, justamente por esta possibilitar o compartilhamento de uma vida em comum e a criação de laços mais profundos, seja pela proximidade que as casas têm uma das outras, pela "estreiteza" das ruas, ou por estas serem espaços de vivência muito mais intensa do que no resto da cidade. E é pela falta de conhecimento das características dessa realidade que o poder do Estado antes sufoca a potência transformadora que aqueles ambientes são capazes de produzir, para não ser surpreendido por esta.

São nas favelas ou comunidades que o sentido comunitário está mais presente. Sentido esse aqui compreendido não como a expressão de um ambiente harmônico, onde não há a presença de conflitos e conseqüentemente a necessidade de construção de consensos - como vinha sendo entendido por 'comunitário' ao longo dos anos pelos estudos mais clássicos das Ciências Humanas - mas sim, como um lugar que surge das contradições produzidas pelo próprio sistema capitalista e que, da mesma forma, é repleto de antagonismos e conflitos. No entanto, um lugar que encontra sua potencialidade para a lua política a partir do compartilhamento dessa realidade em comum, da relação entre seus indivíduos e da vivência coletiva.



Portanto, embora comunidade seja atrelado frequentemente a busca por um horizonte que parece distante, o seu propósito sempre esteve ancorado na construção do mundo real. Assim sendo, a professora e pesquisadora Raquel Paiva (2013) propõe o que ela denomina por *comunidade gerativa* que, como o próprio nome já sugere, seria muito mais um movimento criador de coletivismo capaz de agregar os indivíduos em um comum, "cujo propósito maior é o florescimento organizativo em harmonia com o contexto histórico" (p. 6) e com o objetivo de promover a mudança social, partindo da perspectiva de que as ações sociais sejam de caráter inclusivo.

Essa comunidade entendida em sua realidade, no desenrolar de sua vida diária e comum, pressupõe um eterno movimento de ações e transformações que só existe a partir dos indivíduos postos em relação. Daí porque comunidade vista sob esse aspecto pode ser entendida como uma 'abertura originária', isto é, como algo que não se sabe o que é, que existe apenas na experiência da vida compartilhada. Algo a ser sempre experimentado e de onde é capaz de sair o inesperado, o criativo. Por esses termos, é possível afirmar que estamos falando de uma "comunidade que vem", como denominou o filósofo Giorgio Agambem (1993).

A comunidade para Agambem, seria aquela composta por seres singulares, ou seja, sem uma essência que os definisse. Um ser tomado independente de propriedades, de uma substância. Assim, esta comunidade passaria a ser não mais um conjunto homogêneo, fechado em si mesmo e impregnado por uma identidade, mas antes o *limite* que coloca em relação indivíduos "vazios".

Agambem analisa ainda que o Estado não vem permitindo que a comunidade se auto constitua sem reivindicar antes uma identidade. "Um ser que fosse radicalmente privado de toda a identidade representável seria para o Estado irrelevante" (Idem, p. 67). Muitas vezes, inclusive, vem do próprio Estado a representação das comunidades em identidades, com o objetivo de enquadrar os indivíduos dentro de uma definição que os enrijeça e os torne "presas" mais fáceis para a manipulação, vigilância e controle social. "Onde quer que estas singularidades manifestem pacificamente o seu ser comum, haverá Tienanmen e, cedo ou tarde, surgirão os tanques de guerra" (AGAMBEN, 1993, p. 68)"

A repressão contra o que as comunidades realmente são em suas rotinas e modos de ser, se dá justamente pela percepção de que é na coletividade, no ambiente repleto de sentido comunitário onde a potência política e transformadora se revela. Quando os indivíduos se reconhecem na condição do outro, e percebem que sua construção enquanto

sujeitos políticos se estabelece nesse *Outro*, se dá então a condição para a luta, isto é, essa condição se encontra na relação.

O ser da comunidade, ou seja, o ser "virgem", sem uma definição que o anteceda, portanto, se constitui apenas em relação com o outro, podendo, dessa forma, ser entendido por "ser-em-comum"<sup>9</sup>. Assim, como afirma o psicólogo James Hillman (1993), citando Sampson: "Não existem indivíduos que possam ser definidos separadamente do mundo, as pessoas são formadas com e por meio de suas ligações, conexões e relações" (p. 113).

James Hillman, apesar de psicólogo, é crítico fervoroso de métodos mais clássicos da psicologia e que foram sendo muito utilizados nos consultórios ao longo dos anos. Para o pesquisador, nessas clínicas os pacientes costumam ser tratados quase que exclusivamente a partir da sua dimensão subjetiva, como se o subjetivismo explicasse a si mesmo por si só, pensamento esse disseminado a tal ponto que "o conhecimento do mundo exterior passou a ser um relatório subjetivo dos meus sentimentos" (idem, p. 22).

Ele explica que o trabalho da psicologia ainda está muito atrelada ao individualismo e que por isso aquela costuma associar, e restringir, as psicopatologias ao humano, isto é, a partir do entendimento de que a "psique pertence ontologicamente ao ser humano" (HILLMAN, 1993, p.111).

O trabalho da psicologia, trabalho da alma, é notoriamente muito fechado, enclausurado numa sala de consultório, duas pessoas sentadas muito acima da rua, nem mesmo o telefone interrompe. Ainda assim, é precisamente a rua aquilo que adentra o consultório: a próspera mãe preocupada com suas plantas, a matrona suburbana deprimida, o delinquente, o fugitivo, o viciado, o executivo obcecado pelo sucesso, correndo entre aeroportos, perseguido pela ideia de suicídio. Nosso trabalho é com pessoas da cidade, e a cidade está na alma de nossos clientes (HILLMAN, 1993, p. 37).

Portanto, o que o pesquisador defende é que não há indivíduo desgarrado do outro, da relação comunitária, afinal, "a busca do auto desenvolvimento requer a busca da comunidade" (idem, p. 116), como afirma. Assim, nesta definição, indivíduo, ou *self* como ele prefere chamar, seria menos biológico ou teológico, e sim muito mais político, isto é, o *self* como a interiorização da comunidade.

Hillman vai ainda mais longe dentro dessa perspectiva ao conceber a completa interdependência entre os indivíduos e a cidade, por meio do que seria uma espécie de

---

<sup>9</sup> Ver NANCY, Jean-Luc. **La Comunidad Inoperante**. Santiago de Chile: Escuela de Filosofía Universidad ARCIS, 2000.

composição de almas. Isso significa que ele considera que a centralidade no indivíduo isoladamente têm posto de lado a percepção de que o mundo também tem sua própria alma, e que os indivíduos são também (e em maior medida) possuídos e compostos por esta. Dessa forma, ele critica:

O reconhecimento de que a alma está também no mundo pode despertar-nos do transe psicoterapêutico, no qual pagamos sessenta dólares por uma hora de subjetivismo e não mais que US\$ 19, 95 por uma cadeira de praia, em cujos braços frios e metálicos e sobre o assento de plástico a reflexão realmente acontece, dia após dia (HILLMAN, 1993, p. 23).

Por isso, o pesquisador afirma que se o trabalho do psicólogo é restaurar a alma dos indivíduos, deve ser feito a partir da perspectiva de restauração da cidade "em nossos corações". Com isso Hillman alimenta a ideia de que há uma completa correspondência entre a mudança a ser implementada em cada indivíduo, e a mudança desejada para o mundo.

Este pensamento também é defendido pelo geógrafo David Harvey (2013) ao afirmar que refazendo a cidade estaríamos refazendo a si mesmos e que, por isso também, precisaríamos avaliar constantemente nossas ações e a dos outros, afim de mudarmos o espaço urbano. Com efeito, ele afirma que "a questão do tipo de cidade que desejamos é inseparável da questão do tipo de pessoa que desejamos nos tornar" (idem, p. 28).

Porém, como nós não nos tornamos sozinhos, mas sim em um comum, é possível afirmar que para mudar a cidade, ou resgatar a alma desta, como prefere definir Hillman, seria apenas através da construção de relações entre os indivíduos, isto é, de um ambiente comunitário. Por isso a importância de espaços em que os indivíduos possam se encontrar, se ver e se tocar, ou seja, de um lugar para o corpo. E dentro da cidade o local que mais possibilita a reunião, o encontro, são as ruas das favelas, apesar das inúmeras investidas da ordem pública em barrar essa organicidade.

A ruas das favelas e das muitas periferias do país se assemelham as vielas definidas por Hillman. Para ele, a escuridão e a estreiteza das vielas dariam a ideia de uma profundidade e intensidade (estreitar para intensificar) semelhante a sensação de quando mergulhamos em algo cada vez mais profundo. A percepção que temos também é de que estamos nos entregando ao misterioso, ao inesperado. Seria esse o "lado obscuro da cidade, o mistério da cidade, o coração".

Esta profundidade estaria associada, portanto, a alma como os gregos já entendiam, segundo Hillman. No entanto, a profundidade que ele localiza nas cidades vêm sendo

negada cada vez mais, em detrimento dos processos de revitalização que prevêm o alargamento das ruas e a iluminação pública e que, apesar de ganhar a defesa do autor, acabam fazendo com que reste apenas às vielas a intensificação dessa dimensão profunda que permite, à medida que nela se adentra, a percepção de novos níveis de significações para a cidade.

Porém, o negrume, o aprofundamento e o desconhecido impõem medo. Aquilo sobre o qual não se sabe o que esperar não é possível de ser manipulado, controlado, enquadrado, mas, por isso mesmo, está aí sua potência. E as favelas e suas estreitas ruas, apesar da intensa vigilância, ainda podem ser representações, dentro da cidade, desses ambientes de onde se expressam possibilidades, e não determinações. Seriam talvez, como define a designer Bárbara Szaniecki (2010), os "monstros" das cidades.

Na definição da pesquisadora, bebendo do pensamento de Deleuze e Guatarri, o monstro seria um corpo sem órgãos, ou seja, algo sem uma substância que o defina, que não possui funções orgânicas. É o que ela chama por intensidades, isto é, o monstro seria assim algo que não possui uma intenção, mas sim apenas possibilidades a ser experimentadas. O que se assemelha a definição de comunidade defendida ao longo desse texto.

Muito embora a perspectiva do monstro e do monstruoso tenha aparecido em autores como Marx e Foucault para exemplificar a exploração do sistema capitalista, foi a partir de uma tradição eugênica do fascismo e demais formas de imperialismos ao longo dos séculos XIX e XX que interessou especificamente a pesquisadora Szaniecki que partiu para a investigar a caça ao monstro nas atitudes eugênicas nas atuais cidades.

Esse processo eugênico tem como fim último a construção de uma espécie de Estado-nação homogêneo, totalmente funcional e submisso à lógica de mercado, sobretudo, nas cidades emergentes do Brasil, como, por exemplo, a cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, apesar de a autora buscar afastar-se, em sua pesquisa, da dicotomia entre cidade e periferia, e buscar entender como se dá o processo de subversão dessa ordem a partir do que ela chama por *insurgências* nas cidades e das ocupações, ela também considera que as favelas, além de existirem por falta de opção de uma condição de vida mais digna, surgem também por uma afirmação dessa opção, isto é, pela afirmação de outro modo de vida, de ser e estar no mundo.

A favela antecederia essas *insurgências* e sempre representou o excesso, aquilo que não se encaixa, que não cabe no perímetro da cidade. Aquilo que sai do controle de uma ordem estabelecida pelo Estado, ou seja, o monstro. Quando a autora chama atenção para o

fato de o desordenamento da favela ser na verdade a insurgência de um novo ordenamento que escape ao sistema estabelecido, ela afirma que são nesses lugares onde persistem as resistências e a perspectiva de uma vida cuja principal característica é a relação entre os indivíduos e a potência política que advém dessas interações por interesses comuns, que podemos entender também por uma vida de cunho comunitária.

Essas insurgências podem ser percebidas, por exemplo, a partir dos modos próprios de enunciação que as comunidades organizam através dos meios de comunicação alternativos, como as rádios comunitárias e sistemas de auto-falantes. Esses espaços permitem que seus habitantes representem suas realidades de acordo como elas realmente se realizam em seu cotidiano, lutem e reivindiquem por condições de vida mais digna e justa. Mesmo diante da repressão, essas populações se mobilizam em torno de seus próprios interesses, produzindo novas formas de ser e pensar a si mesmos quebrando quadros normativos.

Perspectiva essa semelhante também a dos chamados "rolezinhos" ocorridos em 2013, quando moradores do morro desceram para o "asfalto" e ocuparam espaços que não foram produzidos nem destinados para eles, ou seja, para seus corpos, na sua grande maioria, pobres e negros. O alvoroço gerado pela presença desses corpos nos saguões e lojas higienizados dos shoppings cariocas, nos remete a imagem monstruosa do rato, como bem lembra a pesquisadora Bárbara Szaniecki.

A ideia da proliferação desordenada e do incômodo que essa presença deslocada provocou, não são apenas as impressões sentidas por quem se encontrava nesses ambientes "por direito", mas pode ser vista também como uma tática monstruosa dos "ratos". Isso significa dizer que os rolezinhos representam uma forma de dizer que eles existem e que possuem os mesmos direitos de acesso e de viver os espaços das cidades como todos os indivíduos. Seria uma luta pela vida em detrimento da propriedade privada.

O corpo, sobretudo o pobre e o negro, parece atrapalhar o funcionamento do sistema, principalmente se estes formarem aglomerados. Diante desses, a repressão por meio da força é sempre intensa e acaba por apartar ainda mais a cidade e seus habitantes. E uma cidade que não aceita o corpo, os movimentos do corpo e o encontro destes, é uma cidade adoecida e que precisa rever suas formas de ser, que precisa se reinventar.

### **Considerações Finais**

A mudança da cidade deve ser, portanto, uma mudança de cunho popular, que envolva necessariamente o encontro, o contato e a relação entre os indivíduos. Ela não se estabelece nos planos e projetos urbanísticos elaborados nos escritórios de empresas terceirizadas pelo poder público, onde se desenham linhas que contornam interesses particulares e mercadológicos.

No entanto, é este o tipo de cidade que vem sendo posto em prática em detrimento do acesso e das possibilidades criativas de transformação do espaço público pelas pessoas, especialmente, por aquelas que vivem o *apartheid* social nas favelas e periferias das cidades. Este projeto urbano que vem sendo denominado de revitalização, constrói um ambiente higienizado onde apenas uma minoria deve ter acesso e condições de usufruir dos seus espaços.

A revitalização praticada nas grandes cidades e nas chamadas emergentes no Brasil não é apenas dos espaços, mas de espaços ocupados por corpos. Por corpos monstruosos, rejeitados e expulsos para cada vez mais longe, pois não cabem nesses novos ambientes que não foram feitos para eles. O que ocorre em nome desse processo de estetização reduzida a ideia de "embelezamento" é a desumanização das cidades e a crescente impossibilidade de abertura para a diversidade, diversidade essa que deveria incluir todos os indivíduos e até mesmo aquilo que é considerado "feio", ou longe dos padrões desse modelo de cidade segregadora e privatizada.

Em nome desse tipo de cidade, voltada para megaeventos e padrões estéticos exportados, criando um espaços urbano vazio de humanidade (e de gente, propriamente dito), vem sendo imposta aos seus habitantes uma vida cada vez mais insegura, apartada, isolada e sem qualquer condição para viver a liberdade. Os excessos dessas cidades, isto é, os estranhos dessa paisagem limpa e homogênea, os monstros que vivenciavam a experiência comunitária, seja ela nas favelas, nas ocupações ou até mesmo nas vielas escuras, como é o caso das prostitutas, por exemplo, sofrem a repressão e a violência em nome do belo, além do afastamento do outro que se encontra em uma situação comum.

São por esses termos, portanto, que é possível a afirmação de que a mudança pela qual as cidades brasileiras necessitam passar devem ocorrer a partir de uma construção de baixo para cima, isto é, que tenha os indivíduos organizados em um comum como linha de frente do projeto de uma nova cidade: mais inclusiva, mais democrática, mais comunitária e mais monstruosa.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEM, Giorgio. **A comunidade que vem**. Lisboa: Presença, 1993.

AMARAL FILHO, Nemézio C. As perigosas fronteiras da “comunidade”: um desafio à comunicação comunitária. In PAIVA, R. e SANTOS, C. H. R. (org.). **Comunidade e Contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In. MARICATO [et al.] **Cidades Rebeldes: Passe Livre e manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

HILLMAN, James. **Cidade e Alma**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

IASI, Mauro Luis. A rebelião, a cidade e a consciência. In. MARICATO [et al.] **Cidades Rebeldes: Passe Livre e manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In. MARICATO [et al.] **Cidades Rebeldes: Passe Livre e manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

\_\_\_\_\_. **Metrópole na Periferia do Capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1995.

MODESTO, Nilo Sérgio d' Avila. A "ausência assistida" do poder político nas compreensões dos sentidos das ações dos sujeitos sociais na produção do espaço. In. MODESTO, N.S.D e CAMPOS, C. A. S. **Por uma geografia das existências: movimentos, ação social e produção de espaço**. Rio de Janeiro: Consequencia, 2014.

NANCY, Jean-Luc. **La Comunidad Inoperante**. Santiago de Chile: Escuela de Filosofia Universidad ARCIS, 2000.

PAIVA, Raquel, CUSTÓDIO, Leonardo, MALERBA, João Paulo. **Comunicação gerativa nos Brics: comunidade gerativa e comunidade do afeto como propostas conceituais** [Trabalho apresentado XXII Encontro Anual da Compós – 2013]. Bahia, 2013.

SZANIECKI, Barbara. **Outros monstros possíveis**. Disponível em: [http://blogs.cultura.gov.br/culturaepensamento/files/2010/02/const-comum\\_Barbara-SZANIECKI.pdf](http://blogs.cultura.gov.br/culturaepensamento/files/2010/02/const-comum_Barbara-SZANIECKI.pdf) Acesso em: Janeiro, 2015.

SODRÉ, Muniz. **Estratégias Sensíveis: afeto, mídia e política**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2006.